



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**MARIA ALICE SILVA RAMOS**

**A PERCEPÇÃO DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS E SUAS ESTRATÉGIAS  
DIDÁTICAS PARA A COMUNICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA EM  
RELAÇÃO AOS ASSISTIDOS(AS), MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, PARÁ**

**BRAGANÇA – PARÁ  
MARÇO – 2021**

**MARIA ALICE SILVA RAMOS**

**A PERCEPÇÃO DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS E SUAS ESTRATÉGIAS  
DIDÁTICAS PARA A COMUNICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA EM  
RELAÇÃO AOS ASSISTIDOS(AS), MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, Campus de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: **Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira**

**BRAGANÇA – PARÁ  
MARÇO – 2021**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**MARIA ALICE SILVA RAMOS**

**A PERCEPÇÃO DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS E SUAS ESTRATÉGIAS  
DIDÁTICAS PARA A COMUNICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA EM  
RELAÇÃO AOS ASSISTIDOS(AS), MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira** – Orientador

Universidade Federal do Pará – UFPA  
Campus Universitário de Bragança  
Faculdade de Educação

**Prof. Mestre José de Moraes Sousa** - Examinador

Universidade Federal do Pará – UFPA  
Campus Universitário de Bragança  
Faculdade de Educação

**BRAGANÇA – PARÁ**  
**MARÇO – 2021**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho, certamente, é fruto de dedicação e desafios, agradeço àquelas pessoas que de alguma forma contribuíram desde a Educação Básica ao presente momento, especialmente:

À minha família, que são compostas principalmente por **mulheres**, que deram todo suporte em minha educação. Todo o meu amor e carinho por terem sido fonte de dedicação e força para mim, vocês são inspirações: **mãezinha Lúcia** (como carinhosamente a chamo), **mãe Regina e vovó Josefa**.

Aos meus irmãos, **Victor, Angélica e Clara**, que estão há quilômetros separados de mim, mas sempre estiveram presentes de alguma forma me apoiando e me dando tanto amor. Ao meu irmão mais novo **Carlos**, que traz tantos momentos descontraídos, necessários para equilibrar e tornar tudo menos árduo.

A todos os **professores da Faculdade de Educação**, que contribuíram para a minha formação acadêmica. À minha turma, **Pedagogia 2016**, por terem feito parte e sido fundamentais para tanto aprendizado e momentos tão significativos, em especial, à minha amiga **Ana Lídia** que sempre esteve presente do início ao fim do Curso, compartilhamos conhecimentos, angústias e alegrias.

Ao meu orientador, **Professor Francisco Pereira de Oliveira**, sua compreensão, paciência e competência foram fundamentais para que este trabalho fosse realizado.

À equipe da **Defensoria Pública**, que contribuíram tanto para meu crescimento pessoal e profissional. Foi uma experiência de muito aprendizado durante os dois anos de estágio.

E, por fim, agradeço de **maneira geral** a cada pessoa que me deu apoio, orientação e suporte durante a graduação. Todos estão em meu coração, muita gratidão.

*Muito obrigada.*

# **A PERCEPÇÃO DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS E SUAS ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A COMUNICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA EM RELAÇÃO AOS ASSISTIDOS(AS), MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, PARÁ<sup>1</sup>**

**MARIA ALICE SILVA RAMOS<sup>2</sup>**

**FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA<sup>3</sup>**

## **RESUMO**

O presente estudo é o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que objetivou analisar a percepção dos Defensores Públicos em relação aos assistidos e, complementarmente, quais as principais estratégias executadas por estes profissionais para o processo de didático de comunicação da linguagem jurídica à pessoas com baixa escolarização. Nesta perspectiva, a partir de questões norteadoras, pretendeu-se identificar: quais são as maiores dificuldades dos defensores em repassar a orientação jurídica aos usuários(as) que apresentam pouca ou nenhuma escolarização para o entendimento da linguagem jurídica relacionada ao que reivindicam? De que forma o conhecimento do(a) Pedagogo(a) ajudará na mediação de comunicação entre Defensores(as) e Assistidos(as)? O processo metodológico partir da abordagem qualitativa de pesquisa, onde foi possível elaborar um roteiro com perguntas semiestruturadas para a aplicação de entrevista abordagem para a análise de dados foi de cunho qualitativo, com entrevistas previamente a dois profissionais da defensoria pública. Em seguida, os dados foram tratados e analisados à luz da análise de conteúdo. O estudo revelou que a percepção dos(as) Defensores(as) se refere principalmente em relação à vulnerabilidade social, econômica e de escolarização dos Assistidos, e que estas, geram barreiras para o entendimento da linguagem jurídica. Ainda percebem que a transposição didática da linguagem é uma realidade do local, no entanto, essa mediação não é uma estratégia prévia de ações, apenas entendem é necessária à manutenção de comunicação acessível para que a linguagem jurídica seja entendida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ambiente Não Escolar; Defensoria Pública; Assistidos.

## **ABSTRACT**

The present study is the result of the Course Conclusion Work (TCC) which aimed to analyze the perception of Public Defenders in relation to those assisted and, in addition, what are the main strategies performed by these professionals for the didactic process of communication from legal language to people with low schooling. In this perspective, from guiding questions,

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário de Bragança/UFPA, em formato de artigo.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. *E-mail:* malicesramos@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor Doutor e Orientador do presente Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Educação – Campus Universitário de Bragança – Universidade Federal do Pará. *E-mail:* foliveiranono@yahoo.com.br.

it was intended to identify: what are the greatest difficulties of defenders in passing on legal guidance to users who have little or no schooling to understand the legal language related to what they claim? How will the knowledge of the Pedagogue help in the mediation of communication between Defenders and Assisted? The methodological process based on the qualitative research approach, where it was possible to elaborate a script with semi-structured questions for the application of an interview approach for data analysis, was of a qualitative nature, with interviews previously with two professionals of the public defender. Then, the data were treated and analyzed in the light of content analysis. The study revealed that the Defenders' perception refers mainly to the social, economic and educational vulnerability of the Assisted, and that these generate barriers to the understanding of the legal language. They still realize that the didactic transposition of language is a reality of the place, however, this mediation is not a previous strategy of actions, they just understand it is necessary to maintain accessible communication so that the legal language is understood.

**KEYWORDS:** Non-School Environment; Public defense; Watched.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é um fenômeno que se apresenta em todos os espaços e, por certo, a educação é compreendida a partir de um conjunto de processos, influências, estruturas e ações que influencia no desenvolvimento de pessoas e agrupamentos (LIBÂNEO, 2001). A princípio se estabelece a partir das trocas que ocorrem entre as pessoas e suas representações de famílias que ao longo do crescimento etário, as possibilidades de aprendizagem se ampliam por consequência da socialização que são desenvolvidas durante sua vida. Este processo se manifesta primeiramente de maneira informal, isso porque acontece no dia-a-dia e, talvez, noutra fase, no processo formal de escolarização.

Brandão (2007) considera que ninguém é capaz de escapar da educação, uma vez que, conforme a discussão acima ela se faz presente desde que iniciamos nosso processo de socialização. A partir do entendimento de que a educação está presente independente de lugar e contexto, percebeu-se a necessidade da presença do profissional advindo do Curso de Pedagogia para além da educação formal, transpondo-se para a educação não-formal.

Dado o contexto histórico do Curso de Pedagogia, iniciando-se na perspectiva escolar, internalizou-se a compreensão de que a função do(a) pedagogo(a) se reduz à escola, seja na docência, gestão ou coordenação escolar. Contudo, com as transformações sociais, possuindo novas necessidades pelas novas ferramentas tecnológicas que foram surgindo fortemente, os direcionamentos e perspectivas deste(a) profissional estenderam-se, possibilitando sua integração em ambientes até pouco tempo atrás impensáveis, de forma que, o(a) profissional pedagogo(a) encaminha-se construindo sua identidade nestes espaços.

O curso, de maneira geral, passou por diversas mudanças curriculares, contudo, foi a partir da década de 90 que houve reestruturação de seu currículo a fim de qualificar o(a) pedagogo(a) para atuar em ambientes não escolares, embora ainda seja bastante direcionada à formação de professores(as), o que Libâneo (2010) assevera que o Curso de Pedagogia deve estar apto a formar o(a) pedagogo(a) *stricto sensu*, o que seria um(a) profissional capacitado(a) a fim de atender demanda socioeducativas, seja formal, não formal e informal.

Considerando que a ação educativa acontece para além dos muros escolares, a passos pequenos, o campo de atuação do(a) Pedagogo(a) começou a expandir-se, tomando lugar em outros ambientes, tendo seu espaço em hospitais, empresas, meio jurídico e assim por diante. Deste modo, em função de um convênio estabelecido entre a Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, e a Defensoria Pública do Estado do Pará, especificamente, de Bragança, e, por conseguinte a oferta de uma vaga para discentes do Curso de Pedagogia no ano 2018, no qual fui classificada, surgiu o questionamento de que maneira o(a) Pedagogo(a) poderia desempenhar suas habilidades e contribuir no referido local?

Ainda, no mesmo ano, contribuindo com meu interesse na área, foi ministrada a disciplina Pedagogia em Ambientes Não Escolares pela referida Faculdade no Curso de Pedagogia, que com a discussão fomentada e a oportunidade de diálogo mediante mesa redonda com profissionais de diversos espaços, manifestou-se a vontade em aprofundar-me no assunto e mais adiante nasceria a ideia de abordar o tema como Trabalho de Conclusão de Curso.

Por conseguinte, diante da vivência no estágio criaram-se questionamentos: quais são as maiores dificuldades dos(as) defensores(as) em repassar a orientação jurídica aos usuários(as) que apresentam pouca ou nenhuma escolaridade para o entendimento da linguagem jurídica relacionada ao que reivindicam? De que forma o conhecimento do(a) pedagogo(a) ajudará na mediação de comunicação entre defensores(as) e assistidos(as)? O público da Defensoria Pública apresenta um bom nível de escolaridade e a ausência dele se apresenta como principal entrave para a compreensão da orientação jurídica ou parte deste público apresenta boa escolaridade, contudo, são vítimas do analfabetismo funcional?

Em linhas gerais, o presente estudo possui como objetivo discutir sobre a percepção dos(as) defensores(as) públicos em relação aos(às) assistidos(as) (público atendido) e suas estratégias utilizadas para a efetivação da compreensão da linguagem jurídica. Em

desdobramentos, tem-se: identificar as principais dificuldades entre os(as) defensores(as) em transpor a linguagem jurídica para uma linguagem mais acessível aos(às) assistidos(as), assim como descrever as principais ações buscadas pelos(as) assistidos(as) e suas percepções correlacionadas ao entendimento de sua busca por direitos e, por fim, refletir sobre a contribuição do(a) profissional Pedagogo(a) no processo de mediação entre defensoria e assistidos(as) sobre o entendimento de seus direitos buscados.

A pesquisa ocorreu na sede da Defensoria Pública do Estado do Pará, localizada na Rua Dr. Roberto, s/n, bairro: Alegre, na cidade de Bragança-PA. O método utilizado na pesquisa se deu por intermédio de entrevista com os(as) defensores(as) públicos e assistidos, considerando o meu olhar a partir da experiência vivida ao longo do estágio.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O(a) pedagogo(a), em linhas gerais, ocupa-se pela educação e suas nuances. E, pelo ato educativo, aos poucos este(a) profissional vem construindo sua identidade e redirecionando seu campo de atuação além da perspectiva do ambiente escolar. Academicamente, são apontados três processos distintos de educação: educação informal, educação formal e nosso campo de discussão, educação não-formal. Gohn (2006, p. 29) em um de seus ensaios assevera que:

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento Trata-se do processo de socialização dos indivíduos. A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo.

Os delineamentos das ações pedagógicas nos espaços não-formais acontecem de formas diferenciadas, considerando as necessidades do espaço que o(a) pedagogo(a) se faz presente, mas tendo como princípio sempre a formação humana. Salienta-se que embora este(a) profissional esteja inserido(a) em ambientes não escolares, não é substituto da educação formal, uma vez que, entende-se que a educação formal e não-formal se direcionam de maneiras distintas por possuírem objetivos incongruentes, mas, decerto, se cruzam ao

fazer-se presente a intencionalidade em suas ações, portanto, apresentando-se enquanto prática pedagógica. Libâneo (2001), corrobora neste entendimento ao afirmar que há uma diversidade de práticas educativas na sociedade e a ação pedagógica se faz presente desde que se configure como intencionais.

Tomando como base a discussão, as ações de cunho pedagógico contribuem no espaço da Defensoria Pública na utilização de métodos a fim de facilitar a compreensão do assistido (público atendido pelo órgão). A linguagem jurídica é carregada de termos técnicos e os(as) assistidos(as), em sua maioria, possuem baixa escolaridade e pouco conhecimento sobre até mesmo seus direitos mais básicos, de acordo com Gohn (2006, p. 31) “na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos” assim, necessita-se do uso de um linguajar simples e sempre que possível, exemplos considerando o contexto e conhecimento do público alvo.

## 2.1 Pedagogia e Pedagogo(a) e a Pedagogia em Ambiente Não Escolar

O papel do(a) Pedagogo(a) é de um(a) profissional que possui habilitação para inserir-se em qualquer ambiente que tenha como objetivo o processo educativo. Pelo contexto histórico do Curso, inclusive por ter sido introduzido nas primeiras civilizações com o ofício de preocupar-se com a educação de crianças, fixou-se a concepção reducionista de que tal profissional atua somente na esfera escolar, especialmente nos anos iniciais, de acordo com Saviani (2007, p. 100):

Desde a Grécia delineou-se uma dupla referência para o conceito de pedagogia. De um lado, desenvolveu-se uma reflexão estreitamente ligada à filosofia, elaborada em função da finalidade ética que guia a atividade educativa. De outro lado, o sentido empírico e prático inerente à paidéia, entendida como a formação da criança para a vida, reforçou o aspecto metodológico presente já no sentido etimológico da pedagogia como meio, caminho: a condução da criança.

A contemporaneidade, contudo, exigiu que o(a) Pedagogo(a) se fizesse presente em outros espaços, embora o senso comum seja ainda de que o(a) Pedagogo(a) esteja apto para atuar somente em escolas. Pinto (2006) aponta que o curso de Pedagogia historicamente é vinculado somente à aprendizagem escolar e menciona ainda, que a partir da complexidade das relações estabelecidas na sociedade, os processos educativos não são indiferentes e também se tornam complexos, indicando novos desafios. Para ele, todos os processos

educativos se tornam mais complexos, inclusive em outras instituições, além do campo de Educação Formal.

Assim, o(a) profissional toma espaço em outros ambientes, seja na Educação Formal, em que sempre esteve habilitado(a) para atuar enquanto docente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na área de administração escolar que é composta pela coordenação pedagógica e gestão, e; na Educação Não-Formal, que compreende espaços jurídicos (nosso foco de pesquisa), hospitalares, empresariais, Organizações Não Governamentais (ONG's) e outras entidades.

Ainda em relação ao Curso de Pedagogia, Severo (2017) indica certa preocupação em relação aos documentos curriculares, pois os currículos que compõem os cursos de Pedagogia demonstram que ainda estão bastante centrados na formação do profissional para o exercício da docência, embora o(a) Pedagogo(a) seja habilitado como um profissional que deve ser capacitado para atuar na Educação Não-Formal.

E, especificamente, no Campus Universitário de Bragança, atualmente, no desenho curricular do Curso de Pedagogia há apenas 03 (três) disciplinas relacionadas diretamente com a Educação em Ambientes Não Escolares, a saber: Pedagogia em Ambientes Não Escolares, Coordenação Pedagógica em Ambientes Não Escolares e Estágio Supervisionado em Ambientes Não Escolares (PPC, 2012). Deste modo, é possível questionar se o(a) profissional Pedagogo(a) consegue visualizar-se atuando em outras áreas além da docência, uma vez que por ser recente a perspectiva deste(a) profissional no campo Não-Formal, ainda é dada pouca importância na esfera acadêmica, inclusive, até mesmo pouco discutido em palestras oferecidas na referida Universidade.

Assim, a inserção do(a) Pedagogo(a) no mercado de trabalho nos demais setores, estabelece uma crise de identidade ao chegar nos ambientes não escolares, pois como já mencionado anteriormente, a condução é realizada de maneiras diferenciadas e são determinadas a partir do local em que o(a) Pedagogo(a) se insere. Em nosso local de pesquisa, o(a) profissional contribui na transposição didática nos atendimentos oferecidos, uma vez que o primeiro contato dos assistidos é com os(as) servidores(as) e estagiários(as) e, posteriormente, repassados aos Defensores.

## 2.2 Defensoria Pública: debates e incursões de seus fazeres

A Defensoria Pública é um órgão que funciona em todos os estados brasileiros com o propósito de oportunizar a garantia de direitos assegurado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, para pessoas hipossuficientes (termo utilizado pelo próprio órgão), que se refere à pessoas carentes e de baixa renda, sem condições financeiras para arcar com honorários advocatícios, conforme nos aponta:

Em 1988, surge a Defensoria Pública como instituição permanente, que nasceu para prestar assistência jurídica integral e gratuita às pessoas carentes, tendo previsão legal no art. 134 da atual Constituição Federal<sup>234</sup>: “Art. 134. A Defensoria Pública é 233 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. 234 Ibid. 315 instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV” (DIONISIO, 2013, p. 314).

No referido órgão são atendidos casos Cíveis, em que abrange diversas situações, entre estas, de cunho familiar (alimentícios, divórcio, guarda, entre outros), terra (inventário, reintegração de posse), e assim por diante, que são procurados para fins de orientação, ações judiciais, acordos extrajudiciais ou consultas processuais que envolvem processos cíveis e penais. Do mesmo modo, a atuação da Defensora Pública também ocorre em processos Penais em defesa dos réus.

Com a vivência enquanto estagiária, numa percepção mais particular e de acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, o público alvo da Defensoria Pública são pessoas que possuem uma trajetória de vida bastante humilde (baixa escolaridade, dentre outros) e com uma realidade traçada por precariedade em relação até mesmo sobre os direitos básicos, como saúde, renda e como reflexo, primordialmente, em educação. O órgão, então, tenta amenizar as desigualdades sustentadas no sistema de justiça brasileiro, no qual, Burger, Ketterman e Lima (2015, p. 20) afirmam ser “ainda excludente, elitista, burocratizado e obsoleto”.

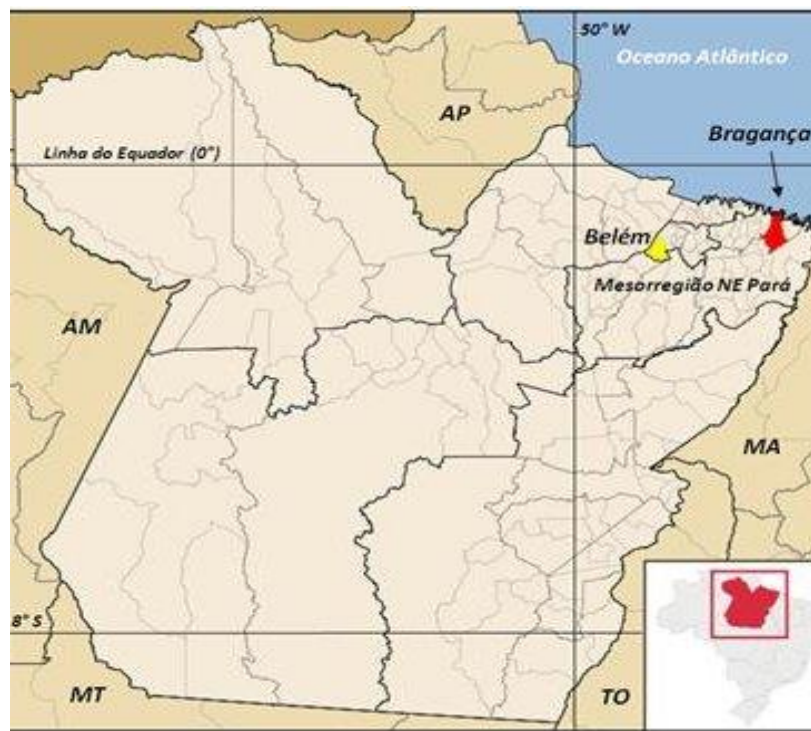
Considerando a comunicação técnica empreendida pelo judiciário, por certo, para que o processo comunicacional tenha êxito é fundamental a utilização de técnicas entre os(as) profissionais que compõem o órgão com o(a) assistido(a). Nesse sentido, Candau (1983, p. 15) embora reconheça que o processo de ensino-aprendizagem está sempre presente, aponta que a dimensão técnica da didática se refere “ao processo de ensino-aprendizagem como ação intencional, sistemática, que procura organizar as condições que melhor propiciem a aprendizagem. Aspectos como objetivos instrucionais, seleção de conteúdos, estratégias de ensino, avaliação etc. [...]”.

Durante a pesquisa, foi possível identificar que os Defensores Públicos utilizam como principal estratégia a comunicação simples e a busca pelo conhecimento da cultura do(a) assistido(a) para que possa utilizar exemplos do local que este(a) esteja inserido(a), considerando que cada lugar existe uma cultura diferenciada, mesmo em um único município. Bragança e Tracuateua (locais que devem ser atendidos pela comarca da pesquisa) enquanto exemplo, é possível existir uma variedade cultural, compreendendo que são dois municípios com diversas comunidades, assim, apresentando grupos que possuem valores, crenças e linguajar particulares.

### 3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

#### 3.1 Área de Estudo

O estudo ocorreu na cidade de Bragança do Pará (Figura 1), uma das cidades mais antigas do Estado paraense, localiza-se especificamente na região nordeste do Pará, a 210 quilômetros da capital do Estado, Belém. A estimativa populacional, segundo dados do IBGE (2020) é de 128.914 habitantes.



**Figura 1.** Localização do município de Bragança do Pará. Fonte: (IBGE, 2014).

O *locus* de pesquisa é a Defensoria Pública do Estado do Pará, comarca do município de Bragança, localizada à Rua Dr. Roberto, s/n, bairro: Alegre. O órgão surgiu no ano de 1983, a partir da Lei Complementar nº 013, de 18 de junho de 1983 e, mostra-se indispensável para a população dos municípios de Bragança e Tracuateua, posto que seu objetivo é dispor de atendimento jurídico gratuito para a população carente, os hipossuficientes.

### 3.2 Coleta de Dados

Para a coleta de dados, foi necessária primeiramente a conversa informal com os(as) Defensores(as) a fim de obter autorização para a realização da entrevista com eles(as) e com os(as) assistidos(as), que se sentiram à vontade para responder as questões. A abordagem escolhida para o encaminhamento da pesquisa é qualitativa, considerando que tem como principal método analisar as percepções e compreender de que forma os sujeitos enxergam os atendimentos prestados. Essa abordagem, para Minayo (2002, p. 22),

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, métricas e estatísticas.

Portanto, a presente pesquisa não deseja quantificar o objeto, mas analisar as relações e ações existentes no local estudado. Ressalta-se que a pesquisa se deu da seguinte forma: entrevistas por meio de um roteiro (Apêndice A), com questões previamente elaboradas, que de acordo com Severino (2013, p. 108),

São aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

A entrevista foi realizada com três defensores(as) atuantes na referida Comarca, durante o período de pesquisa (dezembro de 2019 a outubro de 2020).

### 3.3 *Análise dos Dados*

Para a análise de dados, buscou-se a neutralidade durante a pesquisa, além do respeito às falas e opiniões dos sujeitos, sem interrupções, considerando que não houve necessidade de modificar quaisquer questões elaboradas durante o momento da coleta de dados. Além disso, buscou-se aqui trazer de forma total ou parcial as falas dos sujeitos para dar credibilidade à pesquisa. Para tanto, a análise e interpretação da fala dos entrevistados, à luz dos referenciais teóricos pertinentes à discussão, Severino (2013, p. 51), aponta que:

Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor.

Nesse sentido, há o diálogo entre as pessoas que foram entrevistadas, a partir de suas respostas, e a literatura que converge para a temática sob a ótica dos pesquisadores, certamente, a formatação de encaminhamentos por meio da discussão.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### 4.1 Perfil dos Entrevistados

Os entrevistados escolhidos para a pesquisa foram os(as) Defensores(as) Públicos(as) atuantes na comarca de Bragança-PA, com a média de idade de 30 (trinta) anos. Além dos(as) Defensores(as), em outro momento, sentiu-se também a necessidade de ter como entrevistados os(as) assistidos(as) para analisar de que forma eles(as) recebem esse atendimento e se estão satisfeitos com as orientações recebidas.

O público alvo dos atendimentos prestados pela Defensoria Pública, em sua grande maioria, possui um perfil modesto, facilmente identificado durante os atendimentos, tendo em vista que no órgão são necessários alguns tipos de informações que demonstram este perfil. São pessoas de baixa renda, baixa escolaridade, de idades variadas. Suas profissões normalmente são de lavradores, pescadores, marisqueiros, domésticas, comerciantes, autônomos, dentre outros.

### 4.2 Percepção dos Sujeitos envolvidos na Pesquisa

Os profissionais envolvidos no processo de assistências aos mais vulneráveis devem possuir sensatez e bom senso, à medida que trabalham diretamente com pessoas desassistidas em todos os âmbitos, inclusive de informação e formação, mais especificamente no âmbito judiciário. A assertiva abaixo, por certo, compreende esse contexto:

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005) mostra que: A proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, 2005, p. 16).

Feitas as postulações, os resultados apontam elementos que merecem atenção, especialmente quando realizada a pergunta aos defensores: *Você utiliza alguma estratégia para conseguir explicar de forma mais clara a linguagem jurídica? Que tipo de linguagem você utiliza para uma melhor compreensão do assistido?* As respostas estão demarcadas da seguinte forma:

*(...) acho que ajuda muito ao assistido a entender, quando você coloca exemplos de determinada situação e realmente procura usar a linguagem mais simples possível, palavras de conhecimento e da região também é muito importante, porque cada região do estado tem certa cultura, certa forma de expressar determinadas situações. Então você buscar se inserir da forma com que o assistido costuma conversar, dialogar, entender certas situações, você entrar mais no mundo dele na hora de explicar, isso tem certamente uma contribuição muito grande para que esse assistido entenda muitas vezes juridicamente você pode tá até utilizando um termo que juridicamente tem um sentido, mas que faticamente para aquele assistido não tem, cabe à você explicar até mesmo de uma forma transversal, ou seja, não utilizando o termo técnico, mas utilizando um termo que pode até ser confrontante com o termo jurídico, mas que irá entender o direito dele de uma forma mais simples (Defensor(a) 01).*

De acordo com a resposta acima, percebe-se a preocupação do profissional do judiciário no sentido do uso da linguagem para a compreensão daquele(a) assistido(a), onde chama a atenção para os termos: “linguagem mais simples possível”, “palavras de conhecimento deles e da região”, “cada região do estado tem certa cultura” e “forma com que o assistido costuma conversar”, ou seja, há a preocupação regionalizada da cultura linguística para o entendimento dos termos técnicos jurídicos, o que, certamente, ajuda na compreensão da linguagem jurídica para aquele(a) assistido que busca justiça para o seu requerimento.

A respeito da dimensão cultural, Candau (2011, p. 253) salienta que “é intrínseca aos processos pedagógicos, “está no chão da escola” e potencia processos de aprendizagem mais significativos e produtivos, na medida em que reconhece e valoriza a cada um dos sujeitos

neles implicados”. Embora o contexto citado se direcione para as escolas, ao fazer ponte para a realidade da pesquisa, demonstra na fala dos defensores que o elemento cultural é um facilitador ao repassar as orientações para o público atendido, além de valorizar os principais sujeitos que compõem o espaço, demonstra, sobretudo, o cuidado deste profissional e empatia, para que ocorra o processo de aprendizagem, componentes importantes para lidar com um público vulnerável.

Estes elementos trazidos pelo(a) Defensor(a) são pertinentes e certamente contribuem no momento do atendimento, em que é enfatizada a questão de conhecimento da cultura e da realidade territorial do(a) assistido(a), no que diz respeito à efetivação de conhecer a realidade local, há diversos obstáculos difíceis de serem superados, um deles é que ambos os municípios atendidos na comarca de Bragança abrangem numerosas comunidades, além do profissional admitir sua vasta demanda profissional que possui em seu dia-a-dia. Quando questionado: “*Você conhece de perto a realidade das pessoas que frequentam a Defensoria? Já visitou alguma comunidade? Qual a sua relação com a comunidade?*” as respostas situam-se da seguinte forma:

*(...) Infelizmente com a alta demanda judicial e até mesmo de atendimento na sede da Defensoria Pública e pelo reduzido número de defensores, acaba que o defensor não consegue atuar tanto quanto almejava e desejaria direto na comunidade, fora desses locais, por causa dessa demanda muito ampla que tem no próprio prédio sede da Defensoria Pública (Defensor(a) 01).*

*Depois de 3 anos atuando como Defensora Pública, posso dizer que conheço um pouco a realidade dos meus assistidos. Vale lembrar que, apesar de atendermos pessoas hipossuficientes, ou seja, que não tem recursos para arcar com custas de advogado sem prejuízo de seu sustento e de sua família, existem grandes variações de escolaridade e estilo de vida entre os assistidos, mormente se fizermos uma comparação entre as diversas regiões do Estado (Defensor(a) 02).*

Nota-se em suas falas que o(a) profissional do judiciário possui preocupação com as variadas realidades existentes, embora não consiga chegar nas comunidades e ter uma maior proximidade com o contexto social do(a) assistido(a). Consoante às considerações já feitas em relação à vulnerabilidade social, perguntou-se aos(às) defensores(as) “*Quais suas maiores dificuldades em relação às pessoas que recebem atendimento?*”. As respostas obtidas apontam que:

*A maior dificuldade que eu sinto, sem dúvidas, é a comunicação com o assistido, no sentido de compreender o que ele necessita. Muitas vezes a situação é de fácil resolução, mas o assistido não consegue expressar*

*corretamente o que precisa, obviamente por causa da sua falta de conhecimento e baixa escolaridade (...)* (Defensor(a) 02).

*A compreensão de quais são de fato os seus direitos e deveres.* (Defensor(a) 03)

Assim, as respostas expressam que há dificuldade em compreender o assistido, ainda mais quando enfatizado que eles desconhecem inclusive seus direitos básicos, demonstrando que a baixa escolaridade permanece sendo um dos problemas sociais mais acentuados no território brasileiro, os defensores apontam diversas vezes este como principal entrave. Como meio de amenizar os obstáculos, fica evidenciado durante a pesquisa que os profissionais tentam buscar métodos a fim de facilitar a compreensão do(a) assistido(a), quando, por exemplo, perguntou-se: “*O que você acredita que falta para que ele possua uma melhor compreensão a partir da sua orientação jurídica?*”. Dentre as respostas obtidas podemos destacar inclusive materiais norteadores que contribuem como “cartilhas”, “linguagem do assistido”, “melhorar a educação pública do país”, “evitando termos técnicos”:

*Em geral, seria falar de uma forma mais simples possível num linguajar mais simples e ciente que muitas vezes ele não entenderá a primeira vez, então a necessidade de repetir para que ele saia orientado e se precisar muitas vezes até entregar por escrito alguma cartilha com algumas orientações, porque muitas vezes o assistido não nos comunica que as vezes não está entendendo, pela tamanha as vezes humildade desse assistido, vulnerabilidade, então cabe ao Defensor Público ter a ciência de que ele realmente entendeu a mensagem que foi passada* (Defensor(a) 01).

*Com certeza o ideal seria melhorar a educação pública no país, mas enfim...Programas de conscientização e informação sobre direitos também poderia ajudar. Na prática, eu tento me utilizar da mesma linguagem do assistido, explicando a ele todo procedimento e seus desdobramentos* (Defensor(a) 02).

*A experiência diária nos ensina a adequar o discurso. Desde meu estágio, fui ensinado a prezar pela linguagem mais simples possível, sempre evitando termos técnicos e buscando ser entendido por qualquer pessoa* (Defensor(a) 03).

Embora os(as) Defensores(as) tenham trazido alguns termos diferenciados em seus apontamentos, sempre se põe em evidencia o uso da linguagem simples. Verificamos, então, a utilização da didática intrínseca ao espaço, sendo importante destacar que é uma das disciplinas inerentes ao curso de Pedagogia, conforme Libâneo (2014, p. 12) expressa:

*A didática é uma disciplina pedagógica, ou seja, um ramo da pedagogia, ao lado de outras disciplinas pedagógicas como a teoria da educação, a teoria da organização escolar, a teoria da escola, a psicologia educacional, a sociologia educacional, entre outras. Faz a ponte entre as disciplinas de*

fundamentação teórica e as práticas de ensino, provendo a reflexão teórica sobre o ensino-aprendizagem proporcionada pela teoria pedagógica e outras ciências da educação. Desse modo, reúne características do processo de ensino-aprendizagem em sua relação com as especificidades epistemológicas de cada matéria de ensino.

Deste modo, em um dos questionamentos inicialmente feitos para o delineamento do trabalho, em que se questionou de que maneira o(a) Pedagogo(a) poderia contribuir na mediação do espaço da Defensoria Pública. Metodologicamente, o(a) Pedagogo(a) é o profissional mais adequado a desenvolver estratégias no campo da didática para lidar com este processo de orientações, se por um lado o Defensor Público possui a teoria do seu campo de atuação, que consiste na área jurídica, de outro, o profissional Pedagogo(a) como alguém que estuda a educação, poderá contribuir orientando métodos para a efetivação do processo de aprendizagem.

Como forma de compreender de que maneira os Defensores observam os atendimentos prestados, perguntou-se: *“Você acredita que apesar da dificuldade de a linguagem jurídica ser extremamente complexa, a pessoa assistida pela Defensoria Pública consegue compreender o que você diz? Como você avalia esse atendimento?”*. Em uma das respostas que podemos destacar são: *“questioná-lo acerca do que você falou”, “feedback”*:

*Por isso uma forma de avaliar, eu costumo em meus atendimentos quando eu percebo que existe uma possibilidade desse assistido não ter entendido, questioná-lo acerca do que você falou para que ele com suas próprias palavras dê um feedback no sentido de se ele entendeu ou não, você vai verificar quando ele responder, você perguntar “me diga então o que eu falei? O que você tem que fazer?” ele repassando então essa mensagem de uma forma correta, demonstrando que ele entendeu, isso é muito gratificante e é dessa forma que pelo menos eu adoto para verificar se ele entendeu o que foi repassado, especialmente, nos casos que você percebe que a pessoa tem mais dificuldade (Defensor (01).*

Independente de não ser contexto de educação formal, fica expressivo a necessidade de avaliar o próprio atendimento, mesmo em Ambientes Não Escolares, até mesmo para que garanta que o(a) assistido(a) tenha compreendido inteiramente a orientação e que tenha sido atingido o objetivo principal, que é facilitar o conhecimento jurídico para o cidadão carente. Para Vasconcellos (1995, p. 45), *“a Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos”*.

Continuamente, perguntou-se: “*Quais as percepções que você possui em relação às pessoas atendidas pela Defensoria Pública?*”. As respostas demonstraram que:

*[...] o assistido muitas vezes, ele também tem uma vulnerabilidade social, educacional e até as vezes moral, então cabe ao Defensor Público, ciente que essa pessoa já teve muitas portas fechadas em diversos órgãos públicos ou entidades privadas, então ele chega com aquela última esperança de ter seu problema resolvido, então geralmente são pessoas que estão extremamente angustiadas pelos problemas que estão passando e não acreditam em uma solução (Defensor(a) (01)*

*As percepções são variadas, porque atendemos pessoas de diversas realidades. Alguns assistidos não possuem recursos financeiros, mas tem escolaridade. Alguns tem recursos financeiros, mas são analfabetos. Uma característica que eu observo na grande maioria dos assistidos é que eles são bastante desacreditados do sistema de justiça como um todo, mas confiam na Defensoria Pública. Eu acredito que eles se sentem acolhidos pela Defensoria (Defensor(a) (02).*

*Elas só estão atrás do que acham que lhes é devido, como qualquer outra pessoa que pode pagar um advogado. A diferença é que para elas muito mais já lhes foi negado, inclusive pelo Estado que falha na prestação dos serviços de saúde, educação, dentre outros (Defensor(a) (03).*

Por se tratar de pessoas com identidades diferentes, suas percepções são subjetivas e dificilmente consensuais, até pela amplitude que as entrevistas possibilitam. No entanto, as falas são demarcadas principalmente em relação à vulnerabilidade social do assistido e demonstra a perceptível carência por parte do Estado em relação à efetivação de serviços básicos, nos quais foram destacadas “saúde e educação”. Por essa falta estatal, demanda muito mais do espaço, e que se tenha um trabalho bem delineado no campo da didática e se tornando assim, essencial o(a) Pedagogo(a) e o seu trabalho pedagógico.

## **5 CONCLUSÃO**

A busca pela compreensão de que forma os Defensores(as) enxergavam os assistidos, enfatizou que além da vulnerabilidade social ser um dos desafios presentes no órgão, a linguagem jurídica em seus termos técnicos são, por si só complexos, e, portanto, a necessidade do local em possuir um profissional para dar conta principalmente do trabalho pedagógico ao que se refere à uma facilitação no processo de compreensão do assistido poderia acontecer de forma mais articulada pelo profissional Pedagogo(a). Portanto, os resultados obtidos demonstram que:

- a) A percepção dos defensores públicos em relação aos assistidos é essencialmente em relação à vulnerabilidade social, e por isso, os profissionais indicam ter bastante cuidado para tentar amenizar os obstáculos gerados pela baixa escolaridade, através de uma linguagem mais acessível e exemplos utilizando o contexto social do público atendido;
- b) A transposição didática, embora sem um planejamento prévio de um profissional como o(a) Pedagogo(a), ficou evidente que é uma realidade do referido local, quando as respostas dos defensores ficaram demarcadas em que os termos técnicos jurídicos são praticamente excluídos durante o atendimento e existe um cuidado ao repassar as informações com clareza, para que a compreensão e aprendizagem sejam satisfatórios;
- c) O público atendido não demonstrou que o analfabetismo funcional é uma realidade e uma das adversidades que dificultam o atendimento do órgão. Suas respostas em grande maioria apontou que se obteve êxito na compreensão da orientação jurídica. Seria necessária uma investigação mais específica sobre determinado assunto.

Embora os resultados apontem que a transposição didática ocorre, sabe-se, que o(a) Pedagogo(a), ainda é o profissional capacitado para preencher determinadas lacunas, que não são supridas com um senso comum de estratégias executadas por outros profissionais, que em sua grande maioria, nos cursos fora do contexto das licenciaturas, geralmente não são oportunizados estudos no campo da didática. O(a) Pedagogo(a) poderia ter grande contribuição no local estudado, principalmente no que concerne ao ato de planejar estratégias para ter resultados mais efetivos, uma vez que, durante o seu processo de graduação capacita, de maneira sucinta e geral, para orientar, planejar e avaliar em quaisquer ambientes que haja necessidade do processo de ensino-aprendizagem.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social**. Norma operacional básica. Sistema único de assistência social – SUAS. BRASÍLIA: julho de 2005.

BURGER, A. F.; KETTERMANN, P.; LIMA, S. S. P (org.). **Defensoria Pública [recurso eletrônico]**: o reconhecimento constitucional de uma metagarantia. Brasília: ANADEP, 2015.

CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. Petrópolis: Editora vozes Ltda, 1983.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**. Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.240-255, jul/dez 2011.

DIONISIO, Paula Fabiana. A defensoria pública como instrumento viabilizador ao acesso à justiça. *In*: ROCHA, A. (org.). **A Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares**: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda.: 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática e práticas de ensino e a abordagem a diversidade sociocultural da escola. **Didática e Prática de Ensino**: diálogos sobre a Escola, a Formação de Professores e a Sociedade. Livro 4, p. 127-147, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos**: inquietações e buscas. Curitiba: Editora da UFPR. 2001, p. 153-176.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 21ª Ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia e Pedagogos Escolares**. 2006. 184f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAVIANI, Demerval Saviani. **Pedagogia**: O espaço da educação na universidade. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/06.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares**: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 978-995, jul./set. 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. 4ª ed. São Paulo: Libertad, 1994.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**TEMA DE PESQUISA: A PERCEPÇÃO DOS(AS) DEFENSORES(AS) PÚBLICOS EM RELAÇÃO AOS ASSISTIDOS(AS) (PÚBLICO ATENDIDO) E SUAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA A EFETIVAÇÃO DA COMPREENSÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA, MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, PARÁ.**

**ORIENTANDA: MARIA ALICE SILVA RAMOS**

**ORIENTADOR: PROF. DR. FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA**

- 1) Você conhece de perto a realidade das pessoas que frequentam a Defensoria? Já visitou alguma comunidade? Qual a sua relação com a comunidade?
- 2) Quais suas maiores dificuldades em relação às pessoas que recebem atendimento?
- 3) Você percebe entre os assistidos baixa escolaridade e que esta pode ser um entrave no atendimento e entendimento em relação às questões jurídicas?
- 4) O que você acredita que falta para que ele possua uma melhor compreensão a partir da sua orientação jurídica?
- 5) Você utiliza alguma estratégia para conseguir explicar de forma mais clara a linguagem jurídica? Que tipo de linguagem você utiliza para uma melhor compreensão do assistido?
- 6) Você acredita que apesar da dificuldade da linguagem jurídica ser extremamente complexa, a pessoa assistida pela Defensoria Pública consegue compreender o que você diz? Como você avalia esse atendimento?
- 7) Quais as percepções que você possui em relação às pessoas atendidas pela Defensoria Pública?
- 8) O que você mudaria ou acrescentaria no atendimento aos assistidos em relação à linguagem jurídica?